



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da segunda sessão extraordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Aljezur

**

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 24 de Novembro de 2006

INÍCIO: 20:30 horas

ENCERRAMENTO: 22:35 horas

*

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

José Carlos Pacheco da Silva, Segundo-Secretário, por falta do titular

MEMBROS PRESENTES:

António Manuel Guerreiro Lopes, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexander Schydlo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José António Duarte, José Manuel dos Santos Marreiros, Sérgio Manuel da Silva Santos e Eliezer João Candeias

*

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS:

Manuel Alberto Santinho Cristo, substituído pelo Senhor Manuel José Marques do Nascimento

Amílcar Manuel Marreiros Duarte, substituído pelo Senhor António José Duarte Oliveira Rosa

*

ENTRARAM NO DECORRER DA SESSÃO OS SEGUINTE MEMBROS:

Dionísio Manuel Nifro Silva,

*

VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA DOS SEGUINTE MEMBROS:

Manuel António Custódio Rosendo, Henrique Manuel Ramos Henriques e Fernando Manuel da Costa Rosa

*

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 20:30 horas

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Foi lido o ofício do membro Manuel Alberto Santinhos Cristo, vinte e um de Novembro de dois mil e seis, informando que por se encontrar ausente do Concelho por um período inferior a trinta dias, vem requerer a sua substituição na presente sessão.-----

Em sua substituição, foi empossado o Senhor Manuel José Marques do Nascimento, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões seiscentos e treze mil duzentos e treze, emitido em seis de Junho de dois mil e dois, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DOIS MIL E SETE: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de dez de Outubro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

O Senhor Vítor Vicente perguntou se o Município já tem uma ideia de qual o efeito da nova actualização do IMI e com as novas avaliações dos imóveis.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse em relação ao Imposto Municipal sobre os Imóveis do ano passado para este ano há um acréscimo de cento e quarenta e um mil euros. O ano passado cobrou-se cerca de quinhentos e trinta e cinco mil euros, este ano seiscentos e setenta e cinco mil euros, em relação ao IMT já se cobrou um milhão cento e cinquenta e cinco mil euros até vinte e um de Novembro, o ano passado tínhamos cobrado cerca de novecentos e oitenta mil euros.-----

A Senhora Presidente da Assembleia disse que antes da reforma do património o IMT (anterior sisa) era calculado com base nos valores declarados, dado que os valores patrimoniais era muito inferiores, actualmente os valores declarados estão mais próximos do valor da avaliação, isto é são equivalentes aos valores patrimoniais, caso se declare menos essa tributação é sempre feita com base no valor patrimonial, se superior ao valor declarado, o que obriga as pessoas declararem os valores mais justos e de acordo com os valores de mercado.-----

O Senhor Vítor Vicente pergunta se com a nova lei das finanças locais, qual é a quebra que se prevê em termos de receitas.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que segundo as últimas informações já não há quebra de receitas para o Município de Aljezur, isto porque efectuou uma grande pressão junto de uma série de gente, e foi feita uma alteração à lei das finanças locais na especialidade, que altera significativamente as verbas para as áreas protegidas.-----

Dantes o Fundo de Coesão Municipal estava em cinco por cento, dividido para todos os Municípios, sessenta e cinco por cento em função da população, o que criava maiores desequilíbrios. Passou de quarenta por cento para sessenta e cinco por cento, os restantes trinta por cento estavam divididos: vinte e cinco por cento pela área dos Municípios e os outros cinco por cento por todos os Municípios com Rede Natura e áreas de paisagem protegida. Foi feita uma alteração à área, passa de vinte e cinco por cento para vinte por cento e as áreas protegidas passam de cinco para dez por cento, e esses dez por cento são divididos apenas pelos Municípios de áreas protegidas ou Rede Natura dois mil que só são dezassete, nas quais se inclui Aljezur. No Algarve são Aljezur, Vila do Bispo e Monchique. Se se confirmar, há um acréscimo significativo para o Município de Aljezur.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que continua a pensar que se tem de fazer um

esforço na medida do possível de tornar o Concelho mais atractivo para que as pessoas possam investir, e pensa que devia ser também ao nível das taxas que se aplicam, sabe que não é tudo, mas que poderia contribuir.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que há uma série de factores que podem contribuir para as pessoas virem para cá, considera que esse não é o mais importante. Pensa que as condições para as pessoas se fixarem resulta num conjunto de factores, nomeadamente, existirem condições de equipamentos para as pessoas poderem usufruir tais como, educação, saúde, essas coisas ajudam a fixar as pessoas. A população tem vindo a aumentar no Município. As taxas que temos não são as máximas, a maioria dos Municípios tem os valores máximos.---

A Senhora Presidente da Assembleia disse que ainda não houve conclusão de trabalhos, mas informa que o técnico que faz as avaliações fez uma exposição para serviços competentes apelando ao bom senso para rever os factores que determinam os valores patrimoniais para o nosso Concelho, que são muito gravosos, porque os resultados das avaliações são muito penalizadores para as pessoas. Em certos casos até superiores aos valores praticados no mercado.-----

O SENHOR DIONÍSIO MANUEL NIFRO SILVA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que considerando os valores finais podíamos aliviar ligeiramente sem que isso tivesse grandes consequências para as receitas do Município e que pusesse em causa o que o Senhor Presidente disse e que concorda da importância da qualidade dos equipamentos que se oferece.-----

Posto à votação, a fixação das taxas do IMI para dois mil e sete, foi aprovado por maioria com as abstenções dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra e Ana Santos.-----

PONTO NÚMERO DOIS

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS: –

Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de vinte e quatro de Outubro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que este regulamento já era um regulamento antigo as alterações são: o artigo primeiro e o ponto seis do artigo quinto. Verificou-se que os estabelecimentos já abriam aos Domingos, feriados e à noite é prática comum, então alterou-se. Os estabelecimentos podem abrir todos os dias das oito às vinte e uma horas e trinta minutos. Tem que haver horário emitida pela Câmara, podem ter interrupção para almoço ou não, os únicos dias que tem que fechar obrigatoriamente é o vinte cinco de Dezembro, vinte e cinco de Abril e primeiro de Maio.-----

O Senhor António Lopes disse que falta aqui o primeiro de Janeiro, pela lei geral dos estabelecimentos de ramo alimentar estão encerrados, estão encerrados no vinte e cinco de Dezembro e primeiro de Maio, mesmo as grandes superfícies. Disse também que o artigo oitavo estava um pouco confuso.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que os estabelecimentos têm que ter horário, e este é para cumprir.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que se devem fazer algumas alterações, retirar a palavra Domingo no artigo oitavo, no artigo sexto passar as Agências Funerárias para o fim e assim pôr à votação.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Foi lido o ofício do membro Amílcar Manuel Marreiros Duarte, informando que por se encontrar ausente por motivos profissionais não lhe é possível estar presente na sessão, solicitando a sua substituição .-----

Tendo o membro a seguir na lista comunicado a sua indisponibilidade para efectuar a referida substituição, foi empossado o Senhor António José Duarte

Oliveira Rosa, portador do Bilhete de Identidade número oito milhões quinhentos e sessenta mil duzentos e cinquenta e oito, emitido em nove de Janeiro de dois mil e quatro, pelo Arquivo de Identificação de Faro.-----
Posto à votação, foi o Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO TRÊS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DA URBANIZAÇÃO DOS MALHADAIS – PRIMEIRA FASE, NO VALOR DE DUZENTOS E CINQUENTA MIL EUROS:

– Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação de todos os pontos seguintes referentes aos pedidos de empréstimos, dizendo que a Câmara Municipal tem um conjunto de obras que atingem um milhão de contos quase todos financiados, à excepção, das infra-estruturas dos Malhadais, o total dos empréstimos é de dois milhões e noventa e cinco mil euros.-----

Na Escola do Primeiro Ciclo de Odeceixe o investimento total é de quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois euros, inclui empreitada, elaboração do projecto, o IVA, a revisão de preços, o material didáctico e fiscalização. Estes investimentos são financiados no máximo em cento e noventa e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro mil euros.-----

De acordo com a Lei de Orçamento de Estado para dois mil e seis, estes empréstimos não constam para a capacidade de endividamento, nem para as limitações do cumprimento do défice que o orçamento contém, porque são projectos para financiar obras apoiadas por fundos comunitários.-----

O máximo de empréstimo que podem pedir para estas obras, aquelas que estão financiadas é de setenta e cinco por cento do montante da comparticipação pública, o que significa que nesta obra o investimento total do Município é de trezentos e setenta e um mil, cento e oito euros, das quais a Câmara pode recorrer a setenta e cinco por cento, ou seja, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e um euros, a Câmara faz o pedido de duzentos e cinquenta mil euros.-----

No reforço de abastecimento de água à zona norte – condutas adutoras o investimento total é de quatrocentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta e um euros, inclui empreitada, a revisão de preços, o IVA e a fiscalização. O investimento é financiado no máximo em trezentos e sete mil, cento e oitenta e dois euros e setenta cêntimos, a comparticipação do Município é de cento e trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e dois euros e trinta cêntimos, podendo o Município recorrer a setenta e cinco por cento desse valor, ou seja, noventa e oito mil e setecentos e trinta e nove euros e vinte e dois cêntimos, o pedido que fazem é de oitenta mil euros.-----

No reforço de abastecimento de água à zona norte – reservatório o investimento total é de quatrocentos e sessenta mil, trezentos e vinte e nove euros, inclui empreitada, a revisão de preços, o IVA e a fiscalização. O investimento é financiado no máximo em trezentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta euros e trinta cêntimos, a comparticipação do Município será de cento e trinta e oito mil, noventa e oito euros e setenta cêntimos, nas quais podemos recorrer a setenta e cinco por cento, ou seja cento e três mil, quinhentos e setenta e quatro euros, e o pedido que fazem é de noventa mil euros.-----

Na construção da rede de esgotos da Arrifana o investimento total é de quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e dez euros, inclui empreitada, a revisão de preços, o IVA e a fiscalização. O investimento é financiado no máximo

em quatrocentos e nove mil seiscientos e quarenta e sete euros, a comparticipação do Município será de cento e setenta e cinco mil quinhentos e sessenta e três euros, nas quais podemos recorrer a setenta e cinco por cento, ou seja, cento e trinta e um mil seiscientos e setenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos, o pedido que fazem é de cento e vinte e cinco mil euros.-----

Na construção do Parque das Feiras o investimento total é de um milhão, trezentos e quarenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis euros, inclui empreitada, a revisão de preços, o IVA e a fiscalização. O investimento é financiado no máximo em novecentos e quarenta e três mil novecentos e quarenta e três euros, a comparticipação do Município será de quatrocentos e quatro mil quinhentos e cinquenta e três euros, nos quais podemos recorrer a setenta e cinco por cento, ou seja, trezentos e três mil, quatrocentos e catorze euros, o pedido que fazem é de trezentos mil euros.-----

Na construção da qualificação urbana da Carrapateira o investimento total é de novecentos e três mil cento e oitenta e seis euros, inclui empreitada, a revisão de preços, o IVA e a fiscalização. O investimento é financiado no máximo em seiscientos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e seis euros, a comparticipação do Município será de duzentos e setenta mil novecentos e sessenta euros, nas quais podemos recorrer a duzentos e três mil duzentos e vinte euros, o pedido que fazem é de duzentos mil euros.-----

Nas piscinas municipais o investimento total é de dois milhões oitenta e cinco mil novecentos e quarenta e nove euros, inclui empreitada, a revisão de preços, o IVA e a fiscalização. O investimento é financiado no máximo em um milhão quinhentos e dez mil euros, a comparticipação do Município será de novecentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta euros. Para a construção das piscinas não conta o investimento, o que conta para efeito do financiamento é uma tabela que o programa tem em função da população. As piscinas têm uma comparticipação máxima, ou seja, o valor fixado é mais baixo porque o Município tem poucos habitantes, logo o valor máximo elegível é de um milhão quinhentos e dez mil euros, independentemente da obra custar mais, será este valor que é calculado. A percentagem, ou seja, sessenta e dois e meio por cento, o que dá novecentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta euros, absorvendo assim um esforço do Município de um milhão cento e quarenta e dois mil cento e noventa e dois euros. O Município pode recorrer ao crédito de setenta e cinco por cento, ou seja, oitocentos e cinquenta e seis mil seiscientos e quarenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos, o pedido que fazem é de oitocentos mil euros.-----

Em relação aos Malhadais, a primeira fase não é financiada, tem um investimento total de trezentos e setenta mil duzentos e trinta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos, inclui empreitada, a revisão de preços, o IVA e a fiscalização. A Câmara pede um financiamento de duzentos e cinquenta mil euros, e este conta para a capacidade de endividamento.-----

O prazo dos empréstimos é diferida em função dos valores, o empréstimo para as condutas o prazo é de cinco anos, para o reservatório é de cinco anos, para a rede de esgotos da Arrifana são dez anos, para os restantes são vinte anos. Em relação ao dos Malhadais, existe de acordo com o Orçamento de Estado, uma limitação ao endividamento que está fixada e foi calculado para cada Município. Aljezur só pode recorrer ao empréstimo no valor de setecentos e sessenta e sete mil quatrocentos e vinte euros, posteriormente, foi comunicado que teria mais duzentos e onze mil euros, mas só estamos a utilizar duzentos e cinquenta mil euros.-----

O ano passado foram pedidos alguns empréstimos que só utilizamos este ano e não sabe se contarão para este rateio, porque uma vez que foi utilizado aparece

este ano nas contas, de qualquer modo não atingimos esse valor.-----
Há uma obra que a Câmara tem adjudicado, que é o Portinho da Arrifana, o valor é de oitocentos e noventa e três mil duzentos e seis euros e sessenta e quatro cêntimos, para esta obra não fizemos qualquer tipo de financiamento porque é financiada a oitenta e sete e meio por cento.-----
Estas obras estão em execução, as obras que faltam iniciar são o parque das feiras e o Portinho da Arrifana, mas já estão adjudicadas.-----
O Senhor Vítor Vicente disse que esta informação poderia ter sido enviada junto a documentação, seria positivo.-----
Pergunta se o Portinho da Arrifana é uma obra da Câmara ou do Parque Natural.-----
O Senhor Presidente da Câmara disse que é uma obra da Câmara, tomaram a iniciativa de fazer a candidatura ao programa Mar, porque o Parque Natural não tinha condições para avançar com a obra. Quando fizeram o protocolo para executar algumas obras com o ICN, incluíram esta, porque é uma obra do Estado e consta no protocolo no sentido de eles darem pelo menos doze e meio por cento, ou seja, estamos a financiar obras do Estado a doze e meio por cento, se não fosse assim não havia obra. Os vinte cinco por cento da Componente Nacional estão divididos entre o ICN e a Câmara.-----
Posto à votação, foi aprovado por maioria, com a abstenção do Senhor António Rosa.-----

PONTO NÚMERO QUATRO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DE ODECEIXE, NO VALOR DE DUZENTOS E CINQUENTA MIL EUROS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----
Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO CINCO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À ZONA NORTE – CONDUTAS ADUTORAS, NO VALOR DE OITENTA MIL EUROS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----
Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO SEIS

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA OBRA DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À ZONA NORTE – RESERVATÓRIO, NO VALOR DE NOVENTA MIL EUROS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual ficar arquivada em pasta anexa.-----
Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO SETE

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DA ARRIFANA, NO VALOR DE CENTO E VINTE E CINCO MIL EUROS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO OITO

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES, NO VALOR DE TREZENTOS MIL EUROS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO NOVE

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA QUALIFICAÇÃO URBANA DA CARRAPATEIRA, NO VALOR DE DUZENTOS MIL EUROS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

PONTO NÚMERO DEZ

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE PEDIDO DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS, NO VALOR DE OITOCENTOS MIL EUROS: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

INTERVALO: - Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: - Reiniciados os trabalhos, verificou-se que estavam presentes todos os membros que iniciaram os trabalhos.-----

PONTO NÚMERO ONZE

APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE ALJEZUR: – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de sete de Novembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual fica arquivada em pasta anexa.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que este assunto já havia sido aprovado pela Assembleia e remetido ao Ministério da Educação para homologação no anterior Governo, só que a nova equipa ministerial não estendeu estar de acordo com os parâmetros então exigidos, logo todas as cartas que estavam para homologação retomaram à origem para serem alteradas.-----

A carta educativa além de espelhar a política educativa do Município, é essa a inovação em relação a anterior, tem que apresentar os investimentos a fazer em equipamentos educativos e escolares. O nosso concelho tem a rede praticamente fechada com a nova Escola de Odeceixe, fica fechada pelo menos. Por enquanto a carta ficou por cinco anos, findo esse prazo, haverá uma revisão. Se entretanto, houver necessidade de reformular os equipamentos, temos que reatar negociações com a Direcção Regional.-----

Num período mais próximo os equipamentos são os que temos e que ficaram agora mais completos com a ampliação da EBI e com a nova Escola de Odeceixe fica encerrada.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que relativamente às estatísticas tem algumas dúvidas porque mesmo os alunos que frequentam o ensino secundário, reparou que só contabilizaram os alunos que foram para as escolas de Lagos, porque

para Odemira só constam os que foram para a escola profissional.-----
Relativamente aos equipamentos que estão fechados, gostaria de saber se já foi resolvido o problema da falta de sombras na Escola EBI e se abrigarem da chuva.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que a Direcção Regional de Educação não mostra abertura para tratar do assunto, e não querem investir mais na escola.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que então o ensino secundário também está posto de parte. E não consegue perceber porque uma das ameaças que se fala é a tendência continuada para o crescimento natural negativo da população, isto vai contrariar os gráficos em que a população escolar está a aumentar.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que os dados que os técnicos na altura usaram para fazer a carta, o crescimento natural na altura era negativo, por causa do peso da população mais idosa, no ano passado a meio do ano já tinha havido nascimentos em numero igual como se fosse no ano completo. E o facto de haver mais população escolar é um aumento que não é tanto pelos nascimentos mas sim pela população que vem para cá.-----

O Senhor José Marreiros disse que Aljezur é um sítio de passagem.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que temos aqui a questão das potencialidades “coisa curiosa” primeiro devido à “qualidade ambiental e paisagística, para fixação de novos residentes, sobretudo população estrangeira, com capacidade económica e ideias inovadoras de investimento”, e pergunta se isso se tem verificado em Aljezur.-----

Depois temos a existência da Associação Intermunicipal “Terras do Infante” até que ponto é que esta Associação tem ajudado ou pode potenciar o desenvolvimento da educação em Aljezur.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que em relação ao primeiro ponto tem havido algumas, em relação às “Terras do Infante” ainda não houve, mas podemos considerar fazer projectos em conjunto. Está a surgir um trabalho, que não partiu das “Terras do Infante” mas ao nível do ensino recorrente está a ser organizado nos três Concelhos.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que é importante a definição de metas, e o que é que há em concreto projectado para atingir essas metas?-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que o abandono escolar e a retenção têm a ver com fases cíclicas, não tem a ver com a saída antecipada ou precoce, o abandono escolar no concelho é praticamente residual.-----

O Senhor José Duarte disse que relativamente à zona dos Vales, Vale da Telha e Arrifana há tempos estava previsto a construção de uma Escola do Primeiro Ciclo, perguntou se a Câmara não pensa nessa hipótese.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que o número de alunos é significativo para fazer transbordar as salas, mas que, justifique em breve prazo a Direcção Regional reabrir o processo e voltar a negociar uma escola naquela zona pensa que não para o número de alunos.-----

O Senhor Dionísio Silva disse que há movimentos migratórios muito visíveis principalmente no Vale da Telha.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que é pouco ambicioso quando se diz que a rede escolar está fechada com a construção da Escola de Odeceixe.-----

Está evidente que, apesar das obras, a Escola EBI não corresponde às necessidades, poderá dizer-se que é temporário mas gostava de acreditar que esta tendência possa continuar a ser duradoura e que deixemos de ser um ponto de passagem. Em relação à secundária não temos alunos para formar turmas e eventualmente dar valências, mas acha que não devemos desistir disso.-----

Não deveríamos considerar que estamos bem, deveríamos querer um pouco mais

a nível das estruturas escolares.-----
A Senhora Vereadora Fátima Neto disse de acordo com o que foi contratualizado com a Direcção Regional de Educação, Aljezur já tem a sua parte, tem o processo feito e é o único a nível do Algarve.-----

Cinco anos são o tempo mínimo que se dá, daqui a cinco anos tem obrigatoriamente de ser revisto. Se entretanto existir necessidade de uma grande alteração temos de voltar a negociar. A estratégia educativa não tem que ser necessariamente na construção de infra-estruturas.-----

O Senhor Dionísio Silva disse que uma situação boa seria a criação ou o aproveitamento de uma estrutura para uma escola profissional. Deve-se levar mais a sério o ensino profissional.-----

O Senhor António Rosa disse achar que o Concelho vai estagnar e que é importante buscar alternativas e uma delas é a questão profissional, uma coisa interessante seria uma escola profissional virada para a reabilitação de antigas profissões. Seria também interessante haver um centro, como existe em Portimão, um centro de línguas. E também seria interessante e que se podia adaptar aqui uma Universidade Sénior ou chamada Universidade Popular.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que discorda completamente do ensino estar a ficar estagnado, ainda no início fez um levantamento do percurso dos nossos alunos.-----

O Senhor Johannes Schyldo disse que é importante referir a presença dos estrangeiros nas estatísticas, só na turma da sua filha são vinte e oito por cento. E falta referir a educação dos adultos, falta mencionar a biblioteca por exemplo.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que a biblioteca está prevista mas não incluída aqui, porque é uma estrutura para toda a população. E o ensino de adultos é o ensino recorrente.-----

Posto à votação, foi aprovado por maioria, com as abstenções dos membros Vítor Vicente, Rosa Cigarra, Ana Santos e António Rosa.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS: – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e quatro de Novembro de dois mil e seis, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

O Presidente

Primeiro-Secretário
